



Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais

REUNIÃO EM SESSÃO ORDINÁRIA

4 de abril de 2024

Súmula das deliberações tomadas

1. Comunicações:

Foi deliberado prestar público louvor aos Senhores Dr. Jorge Manuel Monteiro da Costa e Dra. Eliana Cristina de Almeida Pinto, vogais deste Conselho até ao momento da posse como Juízes Desembargadores no Tribunal Central Administrativo Sul, pelo modo como exerceram funções neste órgão.

2. Audiências:

O Senhor Juiz Conselheiro Paulo Filipe Ferreira Carvalho foi recebido em audiência pelo CSTAF.

3. Atos de gestão:

- a)** Deliberado delegar os poderes para aprovação do mapa de férias no Presidente do Tribunal Central Administrativo Norte, Juiz Desembargador Nuno Maria e Sousa Coutinho, no que respeita aos juízes desembargadores em exercício de funções naquele tribunal, ratificando todos os atos entretanto praticados no apontado domínio.
- b)** Deliberado desligar do serviço, para fins de aposentação/jubilção, o Senhor Juiz Conselheiro José Gomes Correia, para fins de aposentação/jubilção.
- c)** Deliberado nomear o Senhor Juiz Conselheiro José Gomes Correia para movimentar processos da Secção de Contencioso Tributário do Supremo Tribunal Administrativo.
- d)** Deliberado renovar a comissão de serviço do Senhor Juiz Conselheiro António Bento São Pedro para movimentar processos da Secção de Contencioso Administrativo do Supremo Tribunal Administrativo.



CONSELHO SUPERIOR DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS

- e) Deliberado autorizar a renovação excepcional da nomeação do Senhor Juiz Desembargador Fernando Augusto Martins Duarte como docente a tempo inteiro do Centro de Estudos Judiciários.
- f) Deliberado autorizar o Senhor Juiz de Direito Nuno Miguel Cerdeira Ribeiro a exercer funções docentes, a título excepcional e com caráter transitório, sob a condição de não haver prejuízo para o serviço, nem remuneração de qualquer natureza.
- g) Deliberado determinar que o serviço prestado pela Senhora Juíza de direito Paula Cristina de Carvalho Mestre Vinagre, durante o período em que exerceu em regime de substituição/acumulação de funções, seja objeto de avaliação.
- h) Deliberado, na sequência de pedido de autorização apresentado pelo Senhor Ministro da Administração Interna, oficial a Senhora Ministra da Administração Interna para indicar o magistrado que pretende nomear para exercer o cargo de inspetor da IGAI.
- i) Deliberado circular pelos Senhores Juízes Conselheiros, Juízes Desembargadores e Juízes de direito, jubilados dos Tribunais Administrativos e Fiscais para manifestarem, querendo, o seu interesse em integrar a lista de árbitros presidentes, nos termos do artigo 384.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.
- j) Deliberado conceder a autorização requerida por um Senhor Juiz de direito para poder auferir rendimentos provenientes de uma futura prestação de serviços de alojamento local de imóvel do qual é comproprietário, desde que a titularidade da exploração do alojamento local seja cedida efetivamente, por via contratual, a terceiro, e não apenas a prestação dos atos materiais de serviços, auferindo aquele apenas os proventos de tal cedência.
- k) Deliberado determinar a suspensão imediata da distribuição de novos processos a um Senhor Juiz de direito, bem com a redistribuição imediata dos processos urgentes e prioritários (com exceção daqueles em que o Senhor Juiz realizou audiência de julgamento/inquirição de testemunhas) e a redistribuição imediata dos demais processos pendentes, incluindo aqueles que se encontram já com audiência de julgamento agendada.



S. R.

CONSELHO SUPERIOR DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS

- l)** Deliberado nomear a Senhora Juíza de direito Ana Patrícia Gomes Marques para exercer funções, em regime de acumulação, no juízo administrativo comum, do TAF de Leiria.
- m)** Deliberado deferir a permuta entre a Senhora Juíza Desembargadora Margarida Maria da Costa Reis Canada de Abreu e o Senhor Juiz Desembargador Jorge Manuel Monteiro da Costa, ficando aquela colocada como juíza desembargadora no Tribunal Central Administrativo Sul, secção de contencioso tributário e este como juiz desembargador no Tribunal Central Administrativo Norte, secção de contencioso tributário.
- n)** Deliberado designar o Senhor Juiz de direito Fábio da Silva Ribeiro para exercer funções no Conselho em regime de tempo parcial e com redução do serviço em 50%.
- o)** Deliberado prorrogar por seis meses o prazo de validade dos concursos n.º 1879 e n.º 1880, abertos para o provimento de vagas existentes de Juiz Conselheiro, respetivamente, da Secção de Contencioso Administrativo e da Secção de Contencioso Tributário do Supremo Tribunal Administrativo.
- p)** Deliberado arquivar quatro queixas apresentadas contra magistrados desta jurisdição.
- q)** Deliberado ratificar o Despacho n.º 014/2024/CSTAF, de 11 de março de 2024, relativo ao desligamento do serviço da Senhora Juíza Desembargadora Maria Silvina Cardoso Marcelino para efeitos de aposentação/jubilização.
- r)** Deliberado ratificar o Despacho n.º 015/2024/CSTAF, de 11 de março de 2024, relativo à nomeação dos Senhores auditores de justiça, Dr. David Silva Fontoura e Dr. João Manuel Ermida Vinha Barreto, oriundos do 8.º Curso TAF, como juízes de direito, em regime de estágio, e aprovação dos respetivos planos individuais de estágio.
- s)** Deliberado indeferir três reclamações apresentadas relativamente à deliberação de 15 de novembro de 2023, que aprovou a lista de graduação final dos candidatos ao concurso para juiz desembargador das Secções de Contencioso Administrativo dos Tribunais Centrais Administrativos Norte e Sul.



S. R.

CONSELHO SUPERIOR DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS

- t) Deliberado indeferir uma reclamação apresentada relativamente à deliberação de 15 de novembro de 2023, que aprovou a lista de graduação final dos candidatos ao concurso para juiz desembargador das Secções de Contencioso Tributário dos Tribunais Centrais Administrativos Norte e Sul.
- u) Deliberado desligar do serviço, para fins de aposentação/jubilção, a Senhora Juíza Conselheira Liliana Maria do Estanque Viegas Calçada.
- v) Deliberado sugerir os temas a incluir no plano de formação contínua dos magistrados da jurisdição administrativa e fiscal.

Lisboa, 8 de abril de 2024

A Juíza Secretária do Conselho Superior dos Tribunais
Administrativos e Fiscais

Helena Telo Afonso